



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOPRODUTIVAS NA REGIÃO DO SISAL – BAHIA: POR UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

HUMBERTO MIRANDA NASCIMENTO;

UCSAL

SALVADOR - BA - BRASIL

humberton@ucsal.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

A convivência com o semi-árido e as transformações socioprodutivas na região do sisal – Bahia: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural

Grupo de Pesquisa 9: Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

Resumo: As transformações produtivas ocorridas na área sisaleira do Estado da Bahia, nos últimos dez anos, trazem novas perspectivas de inserção econômica para a agricultura familiar do semi-árido baiano. Não só o sisal se recuperou sua importância econômica, outras atividades agrícolas e não-agrícolas começam a ganhar destaque, como a caprino-ovinocultura. O objetivo deste artigo é apresentar as transformações produtivas na Região do Sisal tendo como foco de análise a noção de Convivência com o Semi-Árido. Ressalta-se, na conclusão, que a noção de Convivência com o Semi-Árido não é somente a resposta a uma característica peculiar das áreas semi-áridas nordestinas, a estiagem, ela incorpora modos e técnicas de saber-fazer capitaneadas por governos, organizações e atores locais que refletem contextos sócio-espaciais específicos e interesses em disputa em torno da preocupação do desenvolvimento rural nos territórios.

Palavras-chave: Convivência com o Semi-árido; Território do Sisal; Desenvolvimento rural.

Abstract: The transformations productive occurred in the Region of Sisal, State of Bahia, in the last ten years, bring new perspectives for economic integration of family farming in the semi-arid zone. Not only the rural areas sisal's recovered its economic importance, other activities agricultural and non-agricultural beginning to gain prominence as the creation of animal small. The objective of this article is to present the productive changes in the Region of Sisal with the focus in analysis the concept of Living with the Semi-Arid. It is emphasized that the notion of Living strategies with the Semi-Arid it is not only a response to a peculiar feature of the semi-arid areas of the Northeast Region, drought. In conclusion, if defend the Living strategies with the Semi-Arid to incorporate modes and technical know-how by governments, organizations and local actors who reflect socio-spatial contexts and specific interests in dispute about the concern of rural development in the territories.

Key-words: Living strategies with the Semi-Arid; Sisal Territory; Rural Development.

Introdução

As transformações produtivas ocorridas na área sisaleira do Estado da Bahia, nos últimos dez anos, trazem novas perspectivas de inserção econômica para a agricultura familiar do semi-árido baiano. Não só o sisal se recuperou sua importância econômica, outras atividades agropecuárias e agroindustriais começam a ganhar destaque, como a caprino-ovinocultura. O objetivo deste artigo é apresentar as transformações produtivas na Região do Sisal tendo como foco de análise a noção de *Convivência com o Semi-Árido*. A seguir, como introdução, apresentamos uma discussão acerca do entendimento da noção de *Convivência com o Semi-Árido*. Na seção seguinte, caracterizaremos o espaço rural sisaleiro em termos de sua ocupação econômica regional e considerando sua extensão agropecuária atual. Na penúltima seção, trataremos das transformações socioprodutivas recentes nos 20 municípios sisaleiros selecionados e discutimos as iniciativas de duas importantes organizações sociais que atuam no Território do Sisal, situado no semi-árido baiano. Nas considerações finais, apresentamos as contribuições do presente artigo a partir da noção de *Convivência com o Semi-Árido*.

A noção de *Convivência com o Semi-Árido* não é somente a resposta a uma característica peculiar das áreas semi-áridas nordestinas, a estiagem, ela incorpora modos e técnicas de *saber-fazer* capitaneadas por governos, organizações e atores locais que refletem contextos sócio-espaciais específicos e interesses em disputa em torno da questão do desenvolvimento. Os governos, atores e organizações são entendidos como “portadores de projetos”, nem sempre convergentes, que disputam estratégias de desenvolvimento em escalas espaciais quase sempre sobrepostas. Daí a necessidade de propor estudos que qualifiquem os projetos portados por esses agentes, já que eles, na medida que articulam estratégias, fazem-no a partir da força que possuem dentro de um determinado “campo de poder” e, com isso, não estruturam apenas possibilidades de superar adversidades, mas a capacidade de explorar novas possibilidades e de impor novos limites ao processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, a noção *Convivência com o Semi-Árido* não pode ser reduzida a seu aspecto sócio-econômico, ela é uma concepção socioespacial e como tal traduz uma interação homem-território-natureza, sendo o território seu “campo econômico”, na acepção dada por Bourdieu (2000):

Para romper con el paradigma dominante, hay que tratar, levantando acta en una perspectiva racionalista ampliada de la historicidad constitutiva de los agentes y de su espacio de acción, de establecer una definición realista de la razón económica como encuentro entre unas disposiciones socialmente constituidas (en relación a un campo) y las estructuras, a su vez socialmente constituidas, de este campo. (BOURDIEU, 2000, p.237).

Outrossim, é uma concepção territorial na qual está contemplada a pluralidade humana ou, como bem observou Gilberto Freyre, “vários tipos de homem social que, para se realizarem, precisam de ajustar as formas de vivência, de convivência e desenvolvimento dos grupos a que pertencem, a seus ambientes naturais e a seus tempos sociais”. Ela traduz também um outro desafio, que se coloca em primeiro plano, que seja, o de explicitar os fins substantivos do desenvolvimento, como bem apropriadamente definiu Celso Furtado:

Impõe-se formular a política de desenvolvimento valendo-nos de uma explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais. A superação do impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a

uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades da nossa cultura. (FURTADO, 2001, p.23-24).

Tendo isso claro, a precondição para a formulação da política de desenvolvimento passa a ser uma proposição que potencialize a dimensão territorial através do robustecimento das *estratégias de Convivência com o Semi-Árido*. Este é o sentido que aqui se dá à “explicitação dos fins substantivos” do desenvolvimento rural no Semi-Árido Baiano. E a discussão sobre a noção de Convivência com o Semi-Árido é o ponto central da análise, posto que a estratégia de desenvolvimento assentada nesta noção deve refletir um conjunto de valores, auto-aprendizados e interconhecimentos mais ou menos ordenados que se legitimam, se difundem e se sustentam através de redes socioespaciais. São as redes socioespaciais que poderão permitir o maior enraizamento das *estratégias de convivência* ao criarem, articularem e sustentarem dinâmicas socioambientais, socioespaciais e socioeconômicas específicas.

Do mesmo modo, falar em Desenvolvimento Rural não é reconhecer o espaço residual propício à concentração ou expansão urbana ou ao que ela se credencia a ser normalmente, no máximo, a receptora de políticas sociais de combate à pobreza. Para Abramovay, Desenvolvimento Rural significa, sobretudo, falar da capacidade das regiões rurais de preencher determinadas funções necessárias a seus habitantes e também às cidades. Segundo este autor: o Rural deve ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e com os pequenos centros em tornos dos quais se organiza a vida local; nem toda aglomeração urbana pode ser adequadamente chamada de cidade, pois cabe um importante papel para as aglomerações rurais no desenvolvimento territorial; e o meio rural não se define pelos traços comuns que encerra, mas pela imensa diversidade que o caracteriza e captá-la é fundamental.

Em publicação mais recente, Abramovay salienta que:

Parte significativa da literatura contemporânea sobre local ou territorial, entretanto, é marcada pela ausência de uma teoria a respeito da interação social que possa inspirar hipóteses sobre a situação diferenciada das regiões abordadas. Em seu lugar aparecem descrições pouco fundamentadas teoricamente ou, como mais freqüência, recomendações de política cuja base em realidades locais é, muitas vezes, tênue. (ABRAMOVAY, 2007, p. 28).

Entretanto, cabe salientar que Abramovay, ao enfatizar as interações sociais, torna um pouco imprecisas as considerações de natureza mais espacial. É por isso que a noção de redes sociais deve ter seu sentido ampliado para *redes socioespaciais*, captando a essência da concepção de formação socioespacial de Milton Santos (2008). Considera-se que boa parte das interações não é puramente social e o espaço não é algo para ser apenas pressuposto, como um receptáculo das ações sociais. Nas redes socioespaciais, o mecanismo de interação social só se concretiza no espaço, que, por sua vez, se transforma e re-significa através de novos vínculos ou da perda de outros. A noção de Convivência com o Semi-Árido é, portanto, transformadora e re-significadora de uma relação socioespacial, que pode ser mais bem compreendida e adquirir maior inteligibilidade por intermédio do processo de desenvolvimento.

Há uma interessante relação entre a noção de Convivência com o Semi-Árido com a de *espaço usado*, de Milton Santos, ou *formação sócio-espacial*, por meio da qual a idéia de espaço rural atende ao requisito de *espaço relacional* (Território do Sisal) mediado pela *prática espacial* das organizações sociais na região, dando sentido próprio e apropriado aos conceitos de paisagem, região, lugar e território no semi-árido baiano. Mas é também um *espaço vivido ou vivenciado*, pela ótica humanístico-cultural (Corrêa, 2007), ao se considerar o Semi-Árido e a população que nele habita como uma singularidade. Não se trata, porém, de olhar o Semi-Árido a partir de enfoques opostos, mas de trabalhar os elementos de complementaridade que fazem parte da concepção de *formação socioespacial*, em Milton

Santos, e que não deixam de ressaltar a singularidade do lugar. Esse é o caso da idéia de *ruralidade*, por exemplo, segunda a qual a análise do espaço rural muda o lugar do sujeito do desenvolvimento para esta fração do território. Daí ser possível uma concepção de Desenvolvimento Rural a partir não só de um conjunto de atividades (agrícolas e não-agrícolas) como também do entendimento de uma relação espacial diferenciada com a sociedade e a natureza.

Isto, todavia, dá mais complexidade que simplicidade à abordagem do desenvolvimento rural em regiões semi-áridas, posto que muitas *estratégias de sobrevivência* praticadas e propagadas, por guardarem relação de similaridade com *formas de convivência no semi-árido*, não resultam em *estratégias de Convivência com o Semi-Árido* propriamente ditas. Para que fique clara a distinção, podemos dizer que *estratégias de sobrevivência* são práticas de valência social da população local, em geral, para conviver com as privações e infortúnios no Semi-Árido. Ao contrário, as *estratégias de Convivência com o Semi-Árido* são modos de superar as mazelas do subdesenvolvimento naquilo que têm de mais específico no Semi-Árido brasileiro: o agravamento da dependência e da exploração, o aumento das vulnerabilidades socioambientais e a situação de insustentabilidade de certos meios e modos de vida. Em resumo, *estratégias de sobrevivência* podem ser interpretadas muitas vezes como *formas de precárias de convivência* (práticas de valência social), mas não devem ser confundidas com as *estratégias de convivência*: maneiras de articular e sustentar dinâmicas de desenvolvimento. Esta, a nosso ver, é uma distinção que torna o debate mais profícuo e menos engessado pelos enfoques que ressaltam mais o aspecto econômico dualista do desenvolvimento.

Uma discussão promissora, nesse aspecto, é a que vem sendo proposta por Brandão (2007) em seu livro recém publicado, *Território e Desenvolvimento*, que faz uma crítica consistente a respeito dos fundamentos, ou falta destes, nas abordagens do desenvolvimento local ou “localismos” como panacéia para os problemas do desenvolvimento nacional. Para ele, a análise regional deve conter, sim, uma abordagem territorial. A questão é: *qual?* O grande desafio, segundo ele, é como tratar ao mesmo tempo e numa perspectiva multiescalar as heterogeneidades estruturais de um país subdesenvolvido e as diversas alternativas de avanço social, político e produtivo, herança de modelos dualistas. E observa que:

Nunca as diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais (regionais, urbanas e rurais) foram usadas no sentido positivo. Foram tratadas sempre como desequilíbrios, assimetrias e problemas. A equação político-econômica imposta ao país pelo pacto de dominação oligárquico das elites, cuja lógica aponto muito sinteticamente neste texto, travou o exercício da criatividade “dos de baixo”, procurando impedir sua politização. (BRANDÃO, 2007, p. 205).

Brandão enfatiza, então, a necessidade de construção democrática de estratégias de desenvolvimento e aponta, nesse sentido, para os limites teóricos que desafiam a noção de desenvolvimento territorial, sujeita que é, segundo sua visão, a deslumbramentos nas novas abordagens em curso, como nas teses “localistas”. O equívoco a ser evitado é não confundir necessidade de territorialização com estratégias de desenvolvimento territorial. De acordo com Brandão:

A necessidade de territorialização das intervenções públicas é tomada como panacéia para todos os problemas do desenvolvimento. Assevera-se, de forma velada ou explícita, que todos os atores sociais, econômicos e políticos estão cada vez mais plasmados, diluídos (subsumidos), em um determinado recorte territorial. (...) Propugnaram-se receitas genéricas, descurando, por exemplo, das especificidades de um contexto de país subdesenvolvido, continental, periférico e com uma formação histórica da escala local bastante peculiar. Lança-se mão de repertórios de boas práticas bem catalogadas, fruto de um esforço de pesquisa de criação de inventários de experiências de desenvolvimento territorial. (BRANDÃO, 2007, p.49).

Esta é certamente uma boa ponderação, mas o que está sendo discutido neste artigo é a pertinência de estratégias de desenvolvimento territorial fruto de experiências concretas e das especificidades regionais nordestinas, que alimentam a noção de Convivência com o Semi-árido, ainda que haja o risco de se criarem inventários e diagnósticos situacionais a partir delas. A questão, diga-se, não é tão trivial assim quando se trata da Convivência com o Semi-Árido, que sintetiza perfeitamente a idéia de *espaço relacional*, que se transforma e re-significa por meio de redes socioespaciais, na abordagem sobre território. Nela, as práticas sociais levadas a cabo pelas organizações, agentes públicos e atores sociais ganham cada vez mais importância e criam novas perspectivas de análise para o Desenvolvimento Rural.

1. Caracterização econômico-espacial do espaço rural sisaleiro

A região do semi-árido sisaleiro teve seu processo de ocupação do território vinculado à pecuária extensiva, com a criação de gado bovino constituindo sua alavanca de ocupação econômica principal. Do ponto de vista econômico-espacial, ela não fez parte do período extrativista-mineral da Chapada Diamantina e estava muito distante da realidade da zona cacaueteira. Apenas as rotas de comércio e as fazendas permitiam um fluxo constante de gente e de gado. As condições climáticas desfavoráveis à prática agrícola fizeram com que as primeiras povoações no sertão baiano ocorressem nas proximidades dos rios, lagos e brejos. A exploração comercial do sisal foi introduzida posteriormente e num contexto histórico particular, o pós-guerra.

Segundo Silva e Beltrão (1999), o sisal ou Agave (que vem do grego *agavos* = magnífico, admirável) é um gênero de plantas de consistência herbácea e escapo floral saliente, que dá origem a várias espécies fibrosas, entre elas o sisal, pertencente à classe Monocotiledônea, série Liliflórea, família *Agavaceae*, subfamília *Agavoidea* e de espécie *Agave sisalana*, que é uma fibra dura foliar. Aliás, há somente o conhecimento de duas espécies de Agave com valor comercial: a *sisalana* e a *fourcroydes*. O sisal de cultivo no Nordeste brasileiro pertence à espécie *Agave sisalana*, sendo aproveitada somente a fibra foliar seca, que corresponde entre 3% e 5% da produção da planta. Quando nos referimos à denominação genérica “sisal”, estaremos falando precisamente da espécie *sisalana*. No sub-espaço regional baiano, o sisal é cultivado numa das áreas mais secas, que corresponde territorialmente a cerca de 10% da área total do semi-árido nordestino.

A introdução do sisal na Bahia remonta ao início do século 20 (1903), mas sua expansão como cultura de importância econômica ocorreu, na Bahia, por volta de 1940 em virtude da II Guerra Mundial, que gerou grande interesse e procura pela fibra para abastecimento da indústria naval. Só na década de 60 é que a Bahia se torna líder nacional na produção da fibra, até então era o Estado da Paraíba. Rompido o isolamento econômico regional, as políticas públicas agiram no sentido de estimular uma integração à economia nacional através da exploração comercial da matéria-prima regional, a fibra do sisal, para a nascente indústria de fiação instalada no centro-sul do país e para o mercado externo, Estados Unidos e países da Europa. O plantio comercial do sisal intensifica o povoamento da região nordeste e centro-norte do Estado da Bahia e faz surgir municípios como Araci (1956), Valente (1958) e Ichu (1962). Municípios maiores como Feira de Santana e Serrinha nasceram da dinâmica gado-pastoreio anterior.

Com o declínio dos preços do sisal no mercado internacional, a partir da segunda metade da década de 1960, devido ao surgimento de sucedâneos sintéticos derivados do petróleo, a produção sisaleira entrou em crise. O avanço da indústria química e o menor preço da fibra sintética inviabiliza a produção sisaleira, limitando o potencial da indústria do sisal.

A principal característica da indústria da fibra do sisal é seu baixo índice de modernização e capitalização em relação ao paradigma industrial vigente no pós-guerra, já

que apenas se aproveitava de 3 a 5% da planta do sisal, o que tornou o custo de produção muito elevado. Outro fator que tem impacto no processo de modernização é a baixa aplicação tecnológica no cultivo e beneficiamento do sisal. Por se tratar de um plantio comercial quase que exclusivo de países subdesenvolvidos (México, Brasil e alguns países africanos), a extração da fibra do sisal sempre empregou um grande contingente de força de trabalho em condições muito precárias, caracterizando-a como um processo perverso e extremo de exploração da mão-de-obra feminina e infantil e de exposição da mão-de-obra masculina a freqüentes mutilações, propiciadas pelo uso intenso do motor do sisal numa jornada média de 12 horas diárias¹.

O declínio da lavoura sisaleira foi identificado na sua baixa rentabilidade (os motores fornecem 5 t de fibra seca/semana), na falta de mão-de-obra e, principalmente, na queda dos preços no mercado mundial. Hoje, prega-se o consórcio do sisal com outras culturas ou atividades, como a pecuária de corte, para que se aproveite o potencial forrageiro do sisal na alimentação bovina e caprina, por exemplo. Por outro lado, esse consórcio esbarra num fenômeno climático, a seca, que é um situação específica e permanente em regiões áridas. Todavia, estudos da Embrapa (Silva e Beltrão, 1999) apontam para um sistema com maior variedade de plantas forrageiras seria mais resistente à seca e supriria mais adequadamente a necessidade alimentícia dos rebanhos de pequeno porte, como a caprinocultura.

O cultivo do sisal, dentro do padrão produtivista da década de 50, sobreviveu de 1952 a 1977, aproximadamente, quando o mercado externo absorvia praticamente toda produção nordestina, alimentando o fluxo migratório para a região do sisal naquele momento. Após esse período, a concorrência com a fibra sintética (derivada do petróleo) no mercado internacional e a falência da política desenvolvimentista do governo Geisel precipitam um rápido processo deterioração do preço/produção da fibra natural. A Região do Sisal, que pelos dados da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional de 1994 era composta por 27 municípios (CAR, 1994), sofreu as conseqüências mais perversas com a desestruturação da base econômica: as áreas cultivadas foram destruídas e transformadas em pastos; as famílias de trabalhadores do sisal ficaram desoladas e acabaram rendendo-se à sanha dos atravessadores, como única alternativa de comercializar a fibra. Segundo levantamento próprio, a partir de dados secundários (PAM-IBGE, 2006), hoje, os principais municípios sisaleiros são 20: Araci, Barrocas, Campo Formoso, Cansancão, Conceição do Coité, Itiúba, Jacobina, Mirangaba, Monte Santo, Morro do Chapéu, Nordestina, Ouroândia, Quijingue, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Umburanas, Valente e Várzea nova, sendo que nove deles possuem área plantada acima de 10 mil hectares, representando cerca de 72% do plantio de sisal na Bahia, e apenas um, Campo Formoso, é atualmente o maior plantador.

Tabela 1 - REGIÃO DO SISAL (BA): Área plantada com sisal em 20 municípios - 2006

Nº Ord.	Município	Área (ha)	Participação porcentual	Part. % acumulada
1	Campo Formoso	98.400	36,5%	36,5%
2	Conceição do Coité	19.000	7,1%	43,6%
3	Santaluz	18.000	6,7%	50,3%
4	Araci	15.700	5,8%	56,1%

¹ Estimava-se, até o ano 2000, que cerca de 2 mil trabalhadores rurais perderam dedos, mãos e parte dos braços no trabalho de desfibramento do sisal e estimava-se em cerca de 4.500 o número de motores de sisal existentes nos municípios baianos plantadores. (Nascimento, 2003)

5	Jacobina	13.770	5,1%	61,2%
6	Valente	11.500	4,3%	65,5%
7	Morro do Chapéu	10.000	3,7%	69,2%
8	Ourolândia	10.000	3,7%	72,9%
9	Várzea Nova	10.000	3,7%	76,6%
10	Itiúba	7.200	2,7%	79,3%
11	Mirangaba	7.000	2,6%	81,9%
12	Monte Santo	7.000	2,6%	84,5%
13	Queimadas	6.000	2,2%	86,7%
14	Retirolândia	6.000	2,2%	88,9%
15	São Domingos	6.000	2,2%	91,2%
16	Barrocas	5.800	2,2%	93,3%
17	Cansanção	5.000	1,9%	95,2%
18	Umburanas	5.000	1,9%	97,0%
19	Nordestina	4.000	1,5%	98,5%
20	Quijingue	4.000	1,5%	100,0%
	Total	269.370	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE 2006 - Produção Agrícola Municipal.

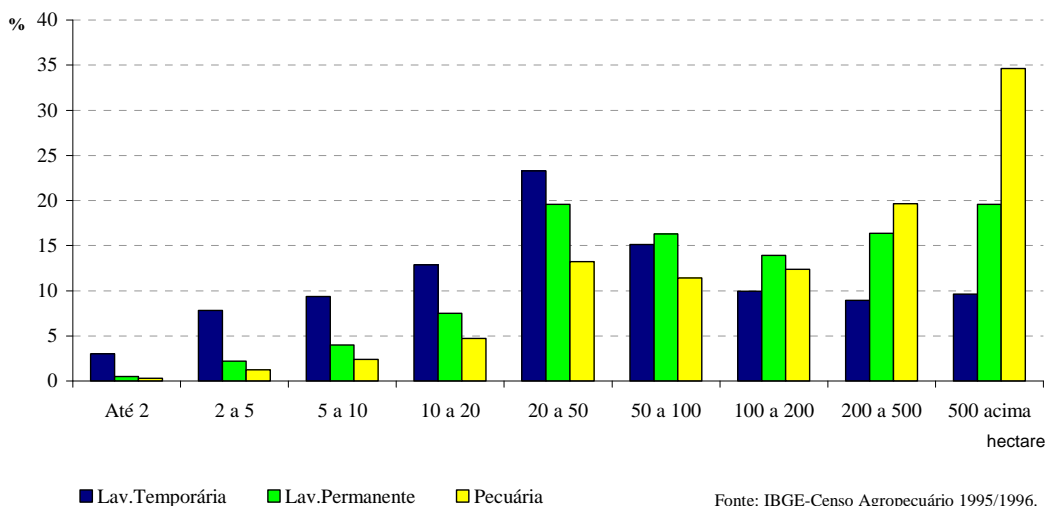
* Os 20 Municípios respondem por cerca de 91% da área plantada com sisal na Bahia.

Ainda dentro desta caracterização inicial, podemos dizer que, com a transferência dos grandes fazendeiros para a pecuária, o sisal passou a ser cultivado basicamente por pequenas propriedades familiares espalhadas pela região, entre 5, 20 e 50 ha, e como a questão ambiental se tonou uma variável relevante para o núcleo do novo paradigma produtivo nos anos 90, rompendo com o padrão produtivista anterior, uma reestruturação do espaço rural, com base em formas alternativas de exploração desse potencial sisaleiro remanescente, começa a fazer parte de experiências de organização popular, que apontam possibilidades de articulação dinâmica entre a pequena produção rural familiar e a geração de ocupação/renda, como veremos na próxima seção.

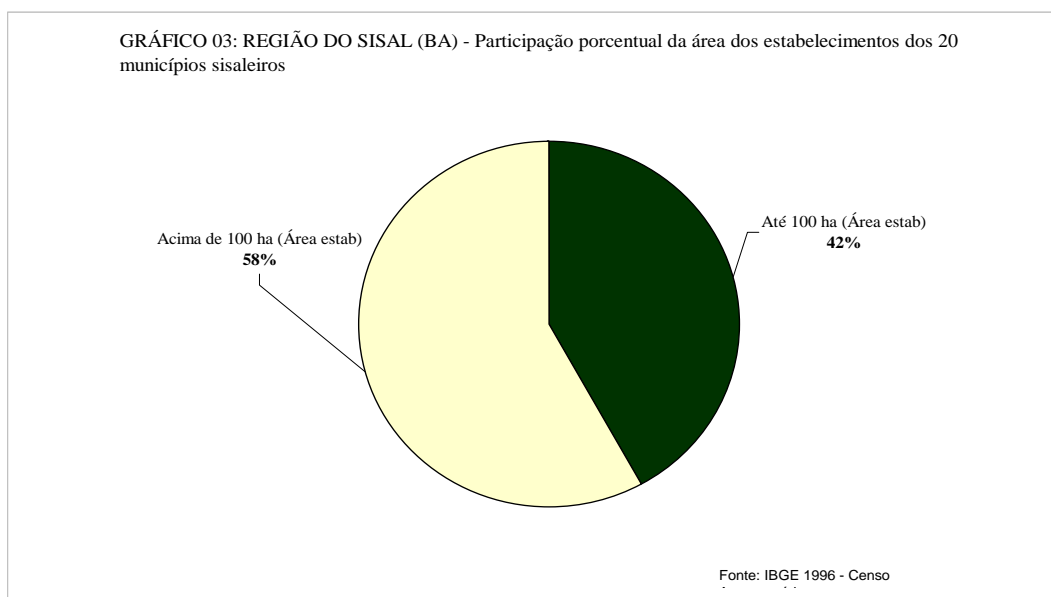
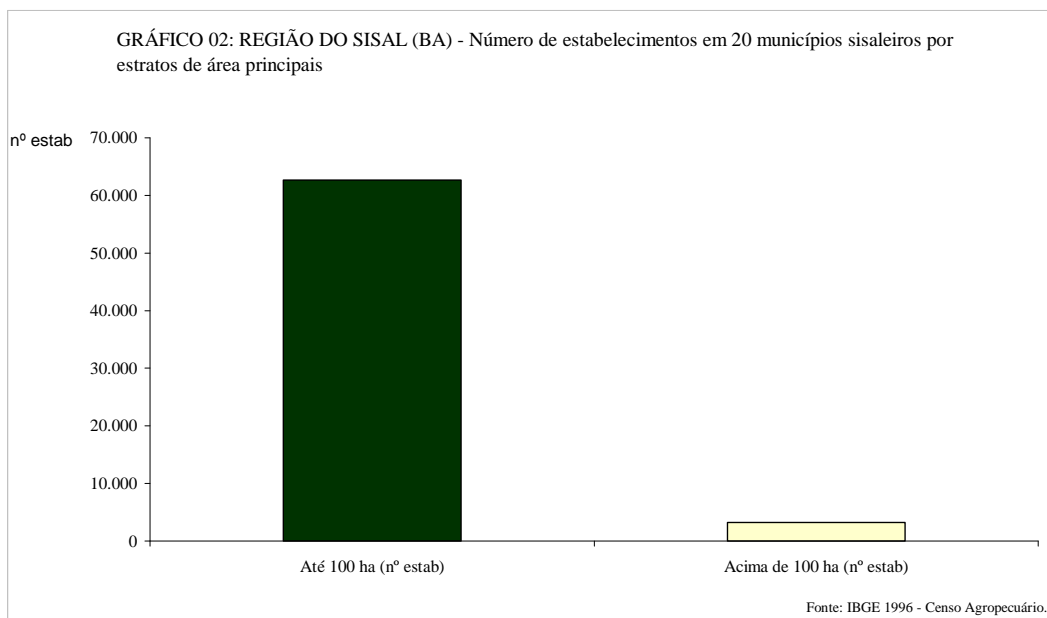
Essa reestruturação do espaço produtivo requer uma caracterização mais desagregada da estrutura fundiária da Região do Sisal no Semi-árido baiano. O Gráfico 01 a seguir fornece o quadro geral da estrutural fundiária da região sisaleira, com base no Senso Agropecuário do IBGE (1996).

Podemos constatar três características básicas por utilização de terras agrícolas: uma área com predomínio de lavouras temporárias mais ligadas a atividades de subsistência, até 20 hectares; uma segunda área, intermediária, sem o predomínio determinante de uma das três formas de utilização de terras, entre 20 e 100 hectares; e uma terceira, com predomínio de lavouras permanentes e principalmente da pecuária, acima de 100 hectares.

GRÁFICO 01 - REGIÃO DO SISAL: Participação porcentual dos estratos de área dos estabelecimentos em 20 municípios sisaleiros por utilização das terras.



O estrato de área até 100 hectares comporta a maior parte dos estabelecimentos de agricultores familiares, são cerca de 64.155 estabelecimentos ou 95% de um total de 67.422 estabelecimentos nos 20 municípios sisaleiros. Não há dúvida de que a principal equação do desenvolvimento rural deverá voltar-se para esse estrato de até 100 hectares, que corresponde aos bolsões de pobreza por um lado, nas áreas onde predominam atividades de subsistência e nos estratos intermediários, de largo espectro, entre 20 e 100 hectares, que comportam diversas possibilidades de desenvolvimento associadas tanto às culturas de subsistência, quanto às lavouras e pecuária. Já os gráficos a seguir refletem esse caráter geral da estrutura fundiária nos 20 municípios sisaleiros, em termos de número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos dos dois estratos predominantes: primeiro estrato até 100 hectares e segundo estrato acima de 100 hectares.



A caracterização acima não deve ser interpretada apenas em termos polarizadores da situação socioeconômica. Faz-se necessário ir além e propor uma caracterização mais próxima do nível territorial que se requer para a análise do desenvolvimento rural. Sendo assim, sugerimos, a seguir, uma tipologia do espaço rural, limitada a características agropecuárias predominantes, com base na dinâmica econômico-espacial específica. Em todos os 20 municípios considerados, as três dinâmicas econômico-espacial ocorrem em maior ou menor grau, seja para evidenciar contrastes sociais ou para focar em exceções no que tange à uma melhor dinâmica econômica.

QUADRO 01: REGIÃO DO SISAL: Tipologia econômico-espacial para os 20 municípios sisaleiros

Tipologia econômico-espacial	Descrição	% de estabelecimentos	% da área dos estabelecimentos
Espaço rural disperso	Predomínio de lavouras temporárias de subsistência e de estabelecimentos com até 20 hectares.	75,8% (51.101 estab)	13,9% (267.577 ha)
Espaço rural desconcentrado	Sem o predomínio determinante de um tipo de utilização de terras, com estabelecimentos entre 20 e 100 hectares.	19,4% (13.054 estab)	27,9% (537.772 ha)
Espaço rural concentrado	Predomínio da pecuária e lavouras permanentes estabelecimentos acima de 100 hectares	4,8% (3.267 estab)	58,2% (1.123.370 ha)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE 1996 – Censo Agropecuário.

Para a abordagem territorial, há que se considerar a tipologia que, potencialmente, é mais atrativa para dar conta dos contrastes sociais e incorporar o que parece ser exceção em termos de dinâmica econômica, isto é, uma combinação virtuosa entre lavouras e pecuária e outras atividades não-agrícolas no semi-árido. Este é o caso da tipologia intermediária, o *espaço rural desconcentrado*, pois sua dinâmica econômico-espacial apresenta-se mais permeável à articulação entre os três tipos de utilização de terras, entre lavouras temporárias e permanentes e pecuária, devendo equilibrar mais as tendências dispersoras e concentradoras nos próximos anos, após os investimentos públicos dirigidos ao Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e incrementando transformações produtivas, como indicaremos na seqüência.

3. As transformações socioprodutivas no território sisaleiro

Desde 2003, o Governo Federal, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), implementa o Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, tendo por objetivo reduzir as desigualdades sociais. Vem atuando, preferencialmente, em espaços de elevada concentração da demanda social do MDA e incentivando o desenvolvimento sustentável, com ênfase na agricultura familiar e no público da reforma agrária. O mencionado Programa estimula a formação de territórios rurais, a partir de articulações intermunicipais e da constituição de colegiados territoriais, espaços de planejamento e gestão do desenvolvimento rural e da aplicação dos recursos públicos transferidos aos Municípios. São, ao todo, 120 territórios apoiados pela SDT/MDA em todo o país (ver <http://www.mda.gov.br/sdt/>). Na Bahia, especialmente, foram criados 26 “Territórios de Identidade” no ano de 2007, tornando-se o primeiro estado do país delimitar, geograficamente, todo seu território em Territórios de Identidade, adotando-os como unidades de planejamento.

O Território de Identidade do Sisal, assim como os demais, — ver mapa nos Anexos — foi delimitado oficialmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em 2007. Este Território de Identidade guarda semelhanças quanto à herança fundiária e a situação socioeconômica, dinâmicas culturais, produtivas, populacionais e ecológicas. Além da Bacia do Rio Itapicuru, localizam-se nele os Municípios de Itiúba, Monte Santo, Serrinha, Valente e Conceição do Coité e demais. É visto como um espaço social,

ecológica e economicamente alterado, por causa da influência da cultura sisaleira, da precariedade na ocupação da mão-de-obra e da presença de trabalho infantil no meio rural.

As estratégias de sobrevivência nascidas em meio à rígida estrutura fundiária mantida até hoje vêm revelar as carências do semi-árido baiano, por causa das condições adversas impostas aos agricultores familiares pela falta políticas públicas apropriadas ao enfrentamento da aridez do clima, escassez de água, insuficiência de renda, baixa escolaridade, falta de infraestrutura física e social básica, etc. Foi nesse contexto que as organizações não-governamentais vinculadas ao meio rural sertanejo baiano surgiram e logo se associaram ao movimento popular, com o qual tiveram um papel destacado na luta pela democracia.

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) é uma dessas experiências brasileiras de mais longa duração na articulação de atores sociais rurais. Fundado em 1967, o MOC atuou inicialmente como escritório de assessoria da Diocese de Feira de Santana-Ba, realizando um trabalho basicamente assistencial. O ensejo de sua criação ocorreu por intermédio da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), sediada no Rio de Janeiro, mas sua idealização foi devida à coordenação da pastoral diocesana de Feira de Santana, para assessorar a igreja católica no desenvolvimento das ações comunitárias pastorais. Foi a FASE quem lhe deu inicialmente apoio técnico e financeiro.

Esse novo ambiente criado através das ações do MOC tinha como finalidades específicas melhorar a comercialização dos produtos (informação), melhorar os preços pagos ao pequeno produtor pela produção agrícola (valorização) e combater os intermediários que atuavam na fase de comercialização puxando os preços para baixo (regulação). Muitas das práticas político-educativas de participação e integração social eram utilizadas freqüentemente para promover: i) a **informação**, como forma de o agricultor familiar planejar de forma mais eficiente sua produção; ii) a **valorização**, como forma de o agricultor familiar dar eficácia distributiva aos estoques de seus produtos disponíveis na comunidade; iii) e a **regulação**, como forma de o agricultor familiar poder negociar no mercado, em condições menos desfavoráveis, a compra e venda de seus produtos.

A garantia de um intercâmbio permanente entre as várias experiências locais, para que as dificuldades surgidas e os benefícios gerados fossem conhecidos e compartilhados, à medida que se intensificavam as trocas econômicas no dia-a-dia, exigia um compromisso solidário. Formava-se uma identidade e criava-se uma consciência da necessidade de luta contra a exclusão social. Para nós, a continuidade desse processo propiciou o fortalecimento dos agricultores familiares para enfrentar problemas concretos, bem como proporcionou a formação de uma maior consciência a respeito da sua situação dele no mundo rural. Esses fatores ensejaram estratégias simples para compartilhar conhecimentos tácitos e técnicos, coletiva e alternativamente, pois não bastava conhecer mecanismos de mercado, era preciso interferir nele para valorizar a produção rural e elevar a qualidade de vida. Foram forjadas alternativas às estratégias de sobrevivência a partir de estratégias de Convivência com o Semi-árido.

Hoje, além de ser uma entidade de caráter político-organizacional, o MOC atua fortemente na articulação de políticas públicas que transformem a realidade social, política, econômica e ambiental do Nordeste. Sua história de atuação gerou organizações e até empreendimentos de reconhecido sucesso, como a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/Valente), fundada em 1980, e que hoje é uma entidade independente e autônoma, bem como de inúmeras outras experiências já consolidadas, ainda com pouca visibilidade.

As ações da APAEB/Valente permitiram atacar não só a questão da revitalização e valorização da lavoura sisaleira, mas integrá-la a um processo de reestruturação da pequena propriedade familiar — tão sujeita às turbulências do mercado, às alterações do clima, aos reverses da estrutura social e da política deletéria — e das condições de ocupação da mão-de-

obra familiar, ampliando as chances de sobrevivência e melhorando qualidade de vida. Podemos estabelecer dois momentos cruciais na estratégia de convivência com o semi-árido da APAEB/Valente:

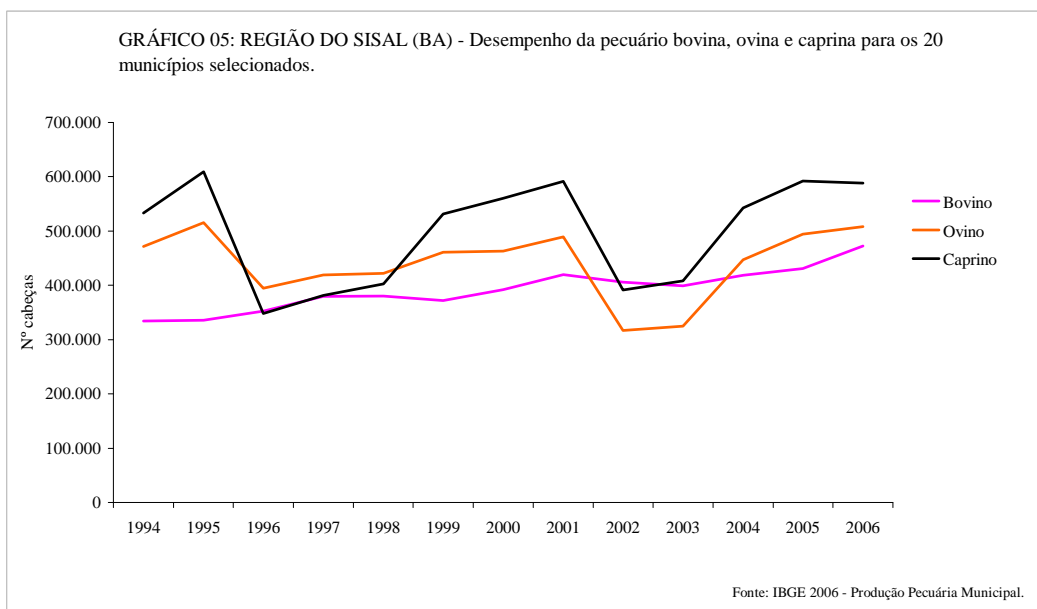
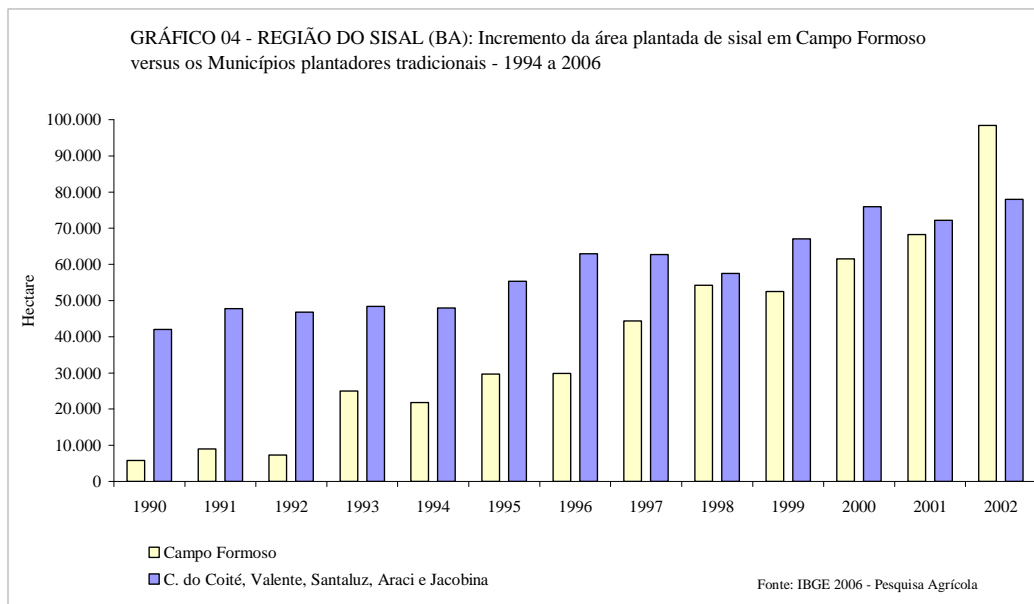
1. o primeiro momento visou garantir maior resiliência do território sisaleiro em termos da sustentabilidade econômica e social, para evitar a continuidade da exploração excludente;
2. o segundo momento visou promover a sustentabilidade socioambiental da propriedade familiar frente a períodos prolongados de estiagem.

Com isso, APAEB-Valente desenhou, juntamente com o MOC, um modelo de convivência com o semi-árido que passou a contemplar os seguintes itens interrelacionados, a saber:

- Aproveitamento da energia solar: incentivo e difusão do uso de coletores solares para iluminação doméstica e para eletrificação de cercas em criatórios de caprinos e ovinos, fortalecendo a infra-estrutura socioeconômica.
- Impedimento do êxodo rural: ensino e aprendizagem de técnicas que permitam melhorar o rendimento da propriedade rural, promoção de cursos/eventos/encontros de lideranças e divulgação constante de informações, fortalecendo a coesão social.
- Envolvimento na elaboração de políticas públicas: estímulo à participação da sociedade civil na criação de conselhos municipais, fórum de discussões, reuniões e seminários, fortalecendo a cidadania ativa.
- Melhoramento das condições ambientais: incentivo à regeneração do ecossistema através do reflorestamento e da preservação da fauna e da flora típicas do sertão, fortalecendo a reprodução da vida.
- Conhecimento formal/informal: garantia de ensino fundamental aliado ao ensino técnico em cultura de criatórios animais e outros experimentos através da Escola Família Agrícola (EFA), fortalecendo a educação e o autodesenvolvimento.
- Beneficiamento auto-reprodutivo incentivado: proveito e apropriação de conhecimento a respeito da criação de caprinos/ovinos e de sua cadeia produtiva leite-carne-couro, fortalecendo os mecanismos de geração de ocupação-renda.
- Provimento de crédito com assistência técnica adequada: implantação de fundo rotativo, utilização de crédito rural e garantia de investimentos (cooperativas de crédito) para financiar a pequena propriedade rural ou a ocupação rural agrícola e não-agrícola, permitindo a redistribuição da renda.

A partir dos anos 2000, as tendências de transformações produtivas parecem mais difundidas pela região sisaleira refletindo o novo momento. O município de Campo Formoso, por exemplo, cuja população é de 61.942 mil habitantes, sendo que 40.939 vivem no meio rural, segundo o último Censo do IBGE (2000), foi alçado à condição de maior plantador de sisal da Bahia, conforme mostra o Gráfico 04 a seguir. Sua área plantada com sisal supera a de quatro tradicionais municípios produtores: Conceição do Coité, Valente, Santaluz e Retirolândia.

Já o Gráfico 05, subsequente, mostra a recuperação do valor da produção sisaleira por hectare nos anos 2000. Um fenômeno que pode estar ligado a fatores externos à realidade regional, como a elevação dos preços mínimos pagos ao produtor ou a valorização das fibras naturais no mercado internacional, mas que demonstra uma tendência de revitalização da economia sisaleira. Embora os municípios com as áreas produtivas de sisal hoje em dia sejam em menor número, as áreas maiores nos poucos que restam servem também para relativizarmos as tendências apontadas acima que mostram a recente ascensão do Município de Campo Formoso, em especial, até porque esta ascensão pode não conter a explicação para o surgimento de uma nova dinâmica nas regiões rurais sisaleiras.



É, portanto, notória a participação do MOC e APAEB-Valente na transformação da vida de muitas comunidades rurais do semi-árido baiano, fazendo com que várias dessas ações/iniciativas fortalecessem as políticas públicas voltadas à apropriação socioprodutiva do semi-árido. Este é o caso da caprino-ovinocultura, que vem se consolidando nos últimos anos em detrimento da exclusividade da produção bovina e o caso do novo ciclo da produção sisaleira regional.

Vale ressaltar que o MOC participou ativamente na difusão de atividades envolvendo o uso de tecnologias apropriadas, de tecnologias sociais e de incentivo à diversificação produtiva na agricultura familiar. Tais ações estão traduzidas hoje em 07 (sete) importantes programas que se integram e complementam (MOC, 2006): Programa de Água e Segurança

Alimentar (acesso e qualidade da água para consumo e produção via cisternas e política de recursos hídricos); Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (assistência técnica, estímulo à organização e ao protagonismo local, difusão de técnicas agroecológicas, acesso ao crédito e agroindustrialização e comercialização solidária); Programa de Comunicação (capacitação para cobertura jornalística no semi-árido, fortalecimento da comunicação comunitária e institucional das organizações sociais e produção de veículos próprios de comunicação); Programa Criança e Adolescente (ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI); Programa de Educação de Adultos (educação continuada, incentivo à leitura e formação de monitores para o PETI); Programa de Gênero (organização das mulheres); e Programa de Políticas Públicas (capacitação de conselheiros municipais, fortalecimento da sociedade civil, incentivo à criação de instrumentos de gestão e capacitação de jovens para as áreas da educação, saúde e economia rural). Dentre estes, serão foco de atenção maior deste projeto: o Programa de Água e Segurança Alimentar, que integra fortemente as ações do fórum de organizações da sociedade civil denominado de Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA); o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que atua junto às políticas públicas de crédito e capacitação para a agricultura familiar; o Programa de Comunicação, que tem uma preocupação em difundir novas perspectivas de vida no semi-árido baiano; e o Programa de Políticas Públicas, que enfatiza a necessidade das organizações sociais trabalharem com base em planos estratégicos.

Das experiências que brotaram das ações conduzidas pelo MOC e pela APAEB-Valente, especialmente no que se refere aos valores, métodos e técnicas que permeiam o planejamento, muitas podem servir de referência à construção de estratégias de desenvolvimento territorial. Até porque muitas das experiências de Convivência com o Semi-Árido na Bahia, nos últimos anos, não estão aí apenas para compor diagnósticos situacionais ou genéricos a respeito do nível de privação das famílias rurais, elas ganharam um caráter mais abrangente de inserção socioespacial do agricultor familiar e revelam um nexos dinâmico com o futuro daquela região rural, de forma ampla, e com o futuro do Território do Sisal, de forma especial. Ademais, um aspecto é essencial para garantir a efetividade das ações/experiências do MOC sob o ponto de vista estratégico: o nível de interface das experiências conduzidas pelo MOC com as políticas públicas pode ser potencializado, reduzindo a situação de pobreza como uma forte característica regional.

Considerações finais

O fortalecimento das redes socioespaciais é requisito fundamental por se tratar da capacidade de articulação entre organização social e o próprio Estado na consolidação das estratégias que dão vitalidade à dinâmica das regiões rurais semi-áridas da Bahia. Nesse aspecto, a noção de Convivência com o Semi-Árido tornou-se um modelo operacional importante nas políticas públicas regionais, enfatizando as condições técnicas e de produção apropriadas espacialmente pela sociedade.

Constata-se que muitas das experiências de Convivência com o Semi-Árido não devem ser encaradas mais como auto-suficientes, nem deixar que sigam trajetórias erráticas em função da ausência de planejamento público propriamente dito, o que torna imprescindível tratá-las de forma mais abrangentes do ponto de vista socioespacial. Para abranger toda a diversidade do meio rural no semi-árido nordestino, seja do ponto de vista ambiental e ecológico, social e cultural, econômico e histórico-institucional é que se faz necessários começar a compreender e analisar as experiências conduzidas por órgãos públicos, como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia (CAR) e do governo federal, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA-Semi-Árido) e aquelas conduzidas por organizações da sociedade civil, especialmente as não-

governamentais. Mesmo que pontuais, por já terem um certo acúmulo e algum nível de abrangência espacial, podem ser capazes de nortear estratégias de desenvolvimento rural para o semi-árido baiano e nordestino.

Considerando a importância das experiências de Convivência com o Semi-Árido na difusão de atividades envolvendo o uso de tecnologias apropriadas e de tecnologias sociais e no incentivo à diversificação produtiva na agricultura familiar, é que se vislumbram iniciativas de desenvolvimento rural no Território do Sisal, derivadas do fortalecimento das redes socioespaciais, isto é, como consequência de uma visão mais estratégica dessas experiências para que possibilite, concreta e potencialmente, um maior dinamismo às regiões rurais, com base em seus aportes organizacionais e de protagonismo social no território. Esta visão estratégica pode ser pragmaticamente traduzida na construção de pactos territoriais. Nesse sentido, as experiências conduzidas pelo MOC e APAEB-Valente vêm contribuindo para a redução de vulnerabilidades sociais (trabalho infantil, falta de educação, acesso à água e alimento) e ambientais (degradação da caatinga, desertificação) e para a inclusão socioeconômica (organização sócio-produtiva, inserção nos mercados, finanças solidárias).

Todavia, para que uma política de desenvolvimento territorial no semi-árido baiano seja efetiva, há que se levar em conta a experiência acumulada tanto pelas organizações governamentais como não-governamentais, tendo em vista que a transição das estratégias de sobrevivência para experiências de Convivência com o Semi-Árido não é algo trivial e nem se traduz imediatamente na melhoria do desempenho socioeconômico das famílias sertanejas, devendo ser considerado o incremento das rendas rurais e o fortalecimento das redes de interação social no semi-árido baiano. Há também uma diversidade de leituras empíricas em torno da noção de Convivência com o Semi-Árido, até porque muitas delas partem das experiências conduzidas por organizações governamentais e não-governamentais, que reclama um certo grau de sistematização para sua melhor definição e acompanhamento no tempo e no espaço.

Finalmente, gostaríamos de observar que, do debate atual sobre desenvolvimento territorial, emergem contradições que precisam ser analisadas mais profundamente. A principal delas é a contradição entre a territorialização de experiências produtivas locais bem sucedidas e a estratégia de desenvolvimento territorial propriamente dita. Esta contradição quase sempre não é confrontada e vem sendo suprida ou contornada por argumentos muitas vezes retóricos à disposição dos planejadores em face da ausência, faz algum tempo, de uma política de desenvolvimento regional no país. A construção do desenvolvimento territorial no semi-árido busca também enfrentar esta nova realidade, teórica e praticamente.

8. Referências

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003. pp.17-56

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C. e ALMEIDA FILHO, N. (Org) *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas/SP: Editora Alínea, 2007. pp.19-38

BOURDIEU, P. *Las estructuras sociales de la economía*. Traducción: Thomas Kauf. Barcelona, España: Editorial Anagrama, 2003.

BRANDÃO, A. C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

- BRANDÃO, A. C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C. e ALMEIDA FILHO, N. (Org) *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas/SP: Editora Alínea, 2007. pp.39-62.
- CAR. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS). *Nordeste da Bahia (Relatório)*. Salvador: CAR, 1999.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO et. al. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1996). Censo Agropecuário. *Base de dados agregados*. <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Consulta: março de 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). Pesquisa Agrícola Municipal. *Base de dados agregados*. <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Consulta: março de 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). Pesquisa Pecuária Municipal. *Base de dados agregados*. <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Consulta: março de 2008.
- MDA. Desenvolvimento territorial na Bahia. *Caderno informativo, conceitos & metodologias*. Salvador: MDA; SEI; CET; INCRA, 2005.
- MOC – MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (2006). Trilhando caminhos para a Convivência com o Semi-Árido. *Relatório Anual 2006*. 96 fls
- NASCIMENTO, H. M. *Conviver o sertão: origem e evolução do capital social em Valente/Ba*. São Paulo: Annablume; FAPESP; APAEB/Valente, 2003.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª edição e 4ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SILVA, O. R. R. F. & BELTRÃO, N. E. M. *O agronegócio do sisal no Brasil*. Brasília-DF: Embrapa-SPI; Campina Grande/PB: Embrapa-CNPA, 1999.